

**HABEAS CORPUS Nº 492.029 - MG (2019/0033944-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : FRANCISCO SALES DANTAS**  
**ADVOGADO : FRANCISCO SALES DANTAS - BA038052**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : MARCILON BARBOSA PORTES (PRESO)**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. É direito do réu preso, acusado em processo penal, ser julgado em prazo razoável, sem dilações indevidas, em conformidade com a Constituição da República (art. 5º, LXVIII) e com o Decreto n. 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 7º, item 5).

2. Fica afastado, ao menos por ora, o argumento de excesso de prazo, visto que as peculiaridades do caso ensejam maior elastecimento no trâmite processual, sobretudo a necessidade de diligências de desmembramento dos autos – dois réus não foram encontrados para receber a citação – e a expedição de cartas precatórias para a colheita da prova oral.

3. A conclusão da fase instrutória depende apenas do cumprimento de uma carta precatória e da realização de um exame pericial requerido pela defesa, que não havia formulado os quesitos até o momento no qual foram prestadas as informações pelo Juízo de primeiro grau, circunstâncias que reforçam a ausência de ilegalidade na hipótese.

4. Ordem denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi

Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

